

Um acordo básico com os credores

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

O governo brasileiro e o comitê de bancos credores já chegaram a um entendimento básico sobre o montante e o "spread" (taxa de risco) do empréstimo que viabilizará o pacote de renegociação de médio prazo da dívida externa brasileira e a consequente suspensão da moratória, em meados deste ano.

O anúncio dessa parte do acordo, que poderá ser feito ainda hoje, dependia ontem apenas da aceitação, pelo Brasil, do pagamento de uma "comissão de incentivo" ao novo empréstimo para estimular a adesão rápida dos credores.

O anúncio do acordo sobre o montante e o "spread" será seguido de um pagamento de US\$ 580 milhões de juros pelo Brasil, referentes ao saldo devido de janeiro, e de aproximadamente outros US\$ 500 milhões, correspondentes a fevereiro. O governo brasileiro também se comprometeu com os bancos a pagar, exclusivamente

com recursos de suas reservas, os juros referentes a março (mais cerca de US\$ 500 milhões). No final de março, o trabalho de finalização dos termos do acordo deverá estar terminado e o pacote começará a ser vendido à comunidade financeira internacional.

De acordo com fontes financeiras bem-situadas, o montante do empréstimo será de aproximadamente US\$ 6,1 bilhões, com uma taxa de risco de 0,8125% sobre a Libor (taxa interbancária de Londres), aplicável tanto para essa parte do pacote quanto para o reescalonamento do principal.

A fim de incentivar a adesão formal dos credores ao empréstimo o quanto antes, o comitê de bancos propôs, porém, que o Brasil pague "uma comissão de participação", ou "comissão de incentivo", semelhante à que ofereceu na venda do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões fechado em dezembro passado. Naquela ocasião, o governo pagou 0,125% de comissão sobre um "spread" de 0,875% aos bancos que aderiram até a primeira semana de dezembro, e 0,0625% aos que entraram na semana seguinte.

Além disso, o País pagou uma comissão de adesão de 0,125% a todos os 114 bancos que subscreveram o empréstimo, que fechou com um total de US\$ 3,08 bilhões. Dos cerca de US\$ 6,1 bilhões que estão sendo agora negociados, devem-se deduzir esses US\$ 3,08 bilhões, que vencem em junho.

As fontes ouvidas por este jornal não quiseram esclarecer qual é a "comissão de incentivo" proposta pelos bancos desta vez. "Mas todos já sabem onde é que se vai chegar", afirmou uma fonte oficial familiarizada com as negociações.

Não está claro, também, se os bancos aceitaram a reivindicação brasileira de aplicar o método do "carve-out no cálculo do spread". Com o "carve-out", a nova taxa de risco negociada seria válida para o estoque total da dívida a partir do dia da efetivação do acordo. Isso é importante para o Brasil, pois o País paga hoje um "spread" médio de 1,7%, o mais alto do mundo. Os téc-

nicos do governo calculam que se economizariam de imediato US\$ 600 milhões em pagamentos de juros com o "carve-out". Um executivo de banco que acompanha as negociações de perto disse a este jornal que o "carve-out" poderá ser limitado.

Segundo declarações feitas pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, durante sua visita aos EUA na semana passada, o Brasil

(Continua na página 26)

O México estará recebendo hoje, em Nova York, as primeiras propostas dos bancos credores para trocar títulos antigos de sua dívida por novos com garantia do Tesouro norte-americano. Há algum ceticismo quanto ao sucesso do leilão de US\$ 10 bilhões de bônus. Os mexicanos esperam colocar pelo menos US\$ 3 bilhões. Mas os grandes bancos americanos já anunciaram que não entrarão no leilão e os banqueiros ingleses dizem que não participarão para não perder dinheiro e os japoneses estão temerosos e dizem que poucos bancos devem apresentar proposta. A União de Bancos Suíços (UBS), o maior do seu país, já anunciou que não participará do leilão.

(Ver página 2)